

notícias da **FEDERAÇÃO**



JORNAL DA FNE
ANO X - Nº 2 - Abril/99
PREÇO : 100\$00 BIMENSAL

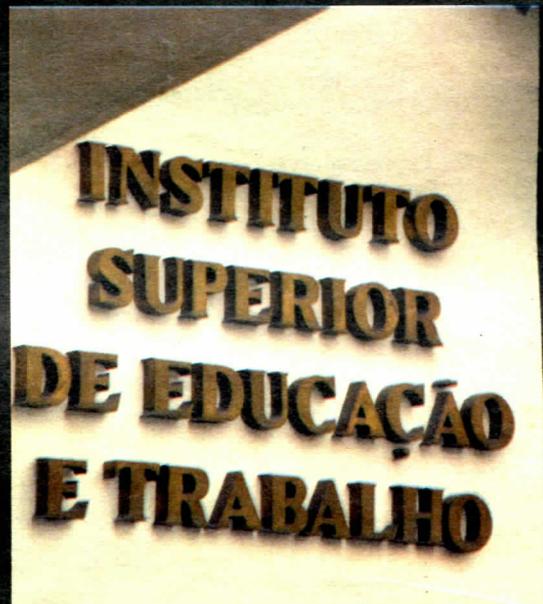
Directora: Manuela Teixeira

ISSET

a grande aposta da **FNE**
ao serviço dos professores

Quatro Licenciaturas
reconhecidas pelo
Ministério da Educação:

- Administração Educacional
- Orientação Educativa
- Animação Sócio-Cultural
- Gestão e animação da Formação



O PRIMEIRO 1º DE MAIO

Movimento Sindical



em
Liberdade

Vem celebrar com a UGT

Inscreve-te no teu Sindicato

DIRECÇÃO DA FNE FAZ EXIGÊNCIAS AO GOVERNO PARA CUMPRIMENTO DE COMPROMISSOS

Notícias da Federação

Jornal da FNE
Ano X - Nº 2 Abril/99

Preço : 100\$00

Periodicidade
Bimensal

Proprietário:
Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

Directora:
Maria Manuela Teixeira

Colaboradores:
*João Dias da Silva
Paula Borges*

Design Gráfico:
Paula Melo

Sindicatos Membros
*Sindicato dos Professores da Zona Norte
Sindicato dos Professores da Zona Centro
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa
Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas
Sindicato dos Delegados e Subdelegados Escolares
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Centro
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas*

Impressão:
Tipografia Nunes

Redacção:
Rua Costa Cabral, 1035 - 4200 Porto

Distribuição:
FNE

Registo na D.G.C.S.
Nº 115519

Nº Depósito Legal
53657/92

Tiragem:
50 000

A Direcção da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação reuniu em Lisboa, no dia 17 de Março último, tendo exigido que o Ministério da Educação assuma rapidamente decisões que dêem cumprimento às exigências mais prementes que hoje se levantam às mais diversas áreas do sistema educativo.

Assinalando que a actual equipa do Ministério da Educação tem vindo a manter com as organizações sindicais um clima de diálogo e de busca de consensos, a FNE decidiu apresentar a este Ministério um caderno reivindicativo de emergência que corresponde à exigência de que os compromissos assumidos por este Governo no início da presente legislatura tenham concretização até ao termo do respectivo mandato.

Novo regime de administração das escolas

A Direcção da FNE assinalou que os serviços do Ministério da Educação têm assumido posições que põem em causa o respeito pela autonomia das escolas, tendo denunciado várias circunstâncias em que a não homologação das respectivas propostas de regulamentos correspondeu a ingerências inaceitáveis da Administração Educativa no espaço de autonomia que cabe às escolas.

Deste modo, a FNE denuncia a contradição entre um discurso favorável à autonomia das escolas e intervenções que correspondem à invasão do espaço de decisão que lhes deve caber.

Também em relação à constituição dos agrupamentos de escolas do 1º ciclo e de Jardins de Infância a FNE manifestou vivas preocupações. Com efeito, tem-se verificado que em muitas circunstâncias as direcções regionais têm insistido na exigência de que estes agrupamentos se façam com escolas básicas de 2º e 3º ciclos. Ora, em relação a esta matéria, e desejando muito fortemente que este novo regime de administração das escolas se consolide tão cedo quanto possível em respeito pela sua autonomia, a FNE considera que devem ser respeitadas as características culturais e as diversas profissões que caracterizam cada realidade.

(cont. pág. 4)

Que fizemos destes 25 anos?

Até 24 de Abril de 1974 a criação de Sindicatos na Administração Pública era proibida e os Sindicatos do sector privado eram Sindicatos politicamente controlados.

Com o **25 de Abril** conquistamos o direito a construir Sindicatos livres e independentes de todos os poderes. Cinco dias depois, nascia o primeiro Sindicato na área da Educação : um dos Sindicato fundadores da nossa **FNE**. No dia seguinte, o sector sindical da Educação marcava presença no primeiro **1º de Maio** em liberdade.

Quantas noites sem dormir, quantos milhares de horas de reuniões, quantas lutas e quantas vitórias é possível evocar!...

Criamos o nosso próprio espaço e hoje é sabido que, no campo educativo, todas as grandes medidas têm de contar com a nossa intervenção...

Concordando, discordando, propondo, contrappondo, animando greves, promovendo manifestações ou fazendo acordos, os Sindicatos membros da nossa grande Federação estão permanentemente envolvidos na enorme tarefa do desenvolvimento da Educação num país que tinha um atraso secular no campo educativo na hora em que conquistamos a liberdade.

Podemos evocar um corpo docente pouco qualificado, constituído por um grande grupo de professores contratados para quem as férias grandes eram um tempo crónico de desemprego ; podemos evocar baixíssimos salários, total falta de liberdade, nenhum direito a participar nas decisões que envolviam a vida escolar.

Podemos evocar trabalhadores não docentes com um lugar completamente subalterno nas escolas, ignorados pelo Ministério que os tutelava...

E que caminho percorrido desde então!

Conquistamos o nosso lugar com muito esforço e com enorme determinação.

Celebremos os 25 anos com a consciência do inapreciável valor que constitui um movimento sindical livre e independente.

Celebremos estes 25 anos com o compromisso de continuar a obra iniciada, garantindo que os próximos 25 anos serão anos de novas vitórias para os trabalhadores que representamos e de construção de um país mais desenvolvido e mais solidário.

Celebremos estes 25 anos como uma grande expressão de solidariedade com todos os que trabalham e lutam por melhores condições de trabalho e de vida.

A participação de todos no 1º de Maio da nossa Central - a UGT - será um importante testemunho da nossa determinação e do nosso compromisso com o futuro.

DIRECÇÃO DA FNE FAZ EXIGÊNCIAS AO GOVERNO PARA CUMPRIMENTO DE COMPROMISSOS

(cont. pág. 2)

Assim, as propostas de constituição de agrupamentos devidamente fundamentadas e que resultem da vontade das comunidades educativas locais devem ser respeitadas pela administração educativa.

Finalmente, a FNE considera essencial que o Ministério garanta apoio adequado, disponibilização de formação, clarificação das regras de funcionamento dos novos órgãos de gestão e atribuição de recursos consentâneos com as especificidades de cada escola ou agrupamento de escolas, ao mesmo tempo que deve garantir o estrito respeito pelo espaço de decisão de cada uma delas, tornando-se urgente ainda a determinação dos espaços de intervenção nesta área da administração educativa e das Autarquias, ao lado da capacidade de intervenção específica dos professores, dos pais, dos trabalhadores não docentes e dos alunos.

Gestão flexível dos currículos

A Direcção da FNE manifestou a sua apreensão pela forma como está a decorrer um processo designado como "experiência" da gestão flexível de currículos.

A FNE reiterou a sua exigência de que a participação neste processo - como em outras experiências - deve ser aberta à generalidade das escolas, as quais poderão candidatar-se à sua participação, evitando-se que as experiências decorram ao nível de escolas seleccionadas sem critérios abertos de candidatura. Por outro lado, a FNE salientou que estas experiências correm o risco de se limitarem a ter um carácter laboratorial, o que lhes invalida a possibilidade de generalização.

A Direcção da FNE decidiu exigir ao Ministério da Educação que a flexibilização curricular seja precedida de um processo exigente de participação e de mobilização dos professores -

aqueles que vão ser chamados a concretizar aquela inovação - na preparação da respectiva implementação, o que tem de significar um esforço acrescido na disponibilização de formação adequada.

Sobre esta matéria foi pedida ao Ministro da Educação uma entrevista.

Última hora

ENSINO SUPERIOR

Respondendo às exigências da FNE no sentido da concretização da última etapa do acordo celebrado em 1996, o Ministério da Educação apresentou, em 23 de Março, uma proposta de valorização salarial para os professores do ensino superior.

A proposta agora apresentada reporta-se ao valor do índice 100 das escalas salariais do pessoal docente do ensino superior, sendo apresentadas duas alternativas: ou é determinado um aumento de 2,85% com efeitos desde 1 de Abril, até 30 de Setembro, e um aumento de 3,51%, a partir de 1 de Outubro; ou é então determinado um aumento de 2% desde 1 de Janeiro passado (o que situa o índice 100 em 260 225\$00) até 30 de Setembro, seguindo-se um aumento de 4,37% a partir de Outubro, o que fixa o valor do índice 100 a partir dessa data em 271 062\$00.

O princípio sobre o qual o Ministério baseia a sua proposta é o de que os docentes do ensino superior em início de carreira, em tempo integral, auferam um vencimento não inferior ao dos docentes dos ensinos básico e secundário, com licenciatura, em início de carreira. Ou seja, o ponto de comparação é 2/3 do índice 100 das carreiras docentes do ensino superior com o índice 120 da carreira dos docentes dos ensinos básico e secundário.

1998/99 - Depois do Congresso, a concretização

Um ano quase volvido após o Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) apresentamos um relato sucinto do trabalho realizado nas diferentes áreas de intervenção da Federação, deixando, ainda, as perspectivas do futuro que se avizinha.

Um processo negocial pela dignificação das Carreiras

Pela importância e complexidade que revestiu todo o processo negocial sobre esta matéria entendemos salientar os passos mais significativos que foram dados para a sua concretização.

Na primeira reunião do Secretariado Executivo da FNE realizada após o Congresso, no dia **6 de Maio**, a proposta do Ministério da Educação sobre a revisão do Decreto Lei 409/89 foi considerada inaceitável, considerando-se que violava princípios já anteriormente acordados entre a FNE e

o ME e era altamente insuficiente, por se referir apenas a aspectos limitados da carreira docente do ensino não superior, deixando em claro situações que a FNE não prescindia de ver consideradas.

A partir daí, decorreu uma importante sequência de acontecimentos, sendo de referir a realização no **dia 28 de Maio** de um primeiro encontro entre a FNE e a Fenprof, na sede da FNE no Porto, para apreciarem o processo negocial em curso relativo à revisão do já citado Decreto Lei e durante o qual convergiram num largo conjunto de aspectos, assinando um Protocolo de entendimento tendo em conta as negociações com o ME sobre esta matéria.

Apesar de todo o empenhamento das organizações sindicais, as posições do Ministério pouco se alteravam e no dia **19 de Junho** a FNE reúne com o ME para análise de uma nova proposta de revisão da carreira tendo tomado uma posição

de rejeição total do documento apresentado pelo ME, quer porque mantinha uma proposta de carreira de 27 anos, quer ainda porque se limitava a estabelecer possibilidades de solução de faseamento na redução da carreira, de forma não haveria quaisquer encargos financeiros no ano de 1998.



No dia **23 de Junho** FNE e Fenprof reúnem-se e estabelecem uma posição conjunta de não prosseguirem as negociações na recta final do ano lectivo uma vez que não fazia sentido continuar a negociar sem que o ME desse passos significativos na sua proposta. Deste modo as duas organizações acordaram e declararam em

conferência de imprensa conjunta, calendarizar acções convergentes para Setembro e Outubro.

No dia **23 de Setembro** são retomadas as negociações com a apresentação de uma nova proposta por parte do ME perante a qual a FNE manifestou, uma vez mais, a sua decepção considerando-a globalmente imprecisa, insuficiente e ambígua. A FNE exigiu que, para o prosseguimento das negociações, o ME passasse a apresentar propostas claras, rigorosas e completas.

A partir do dia 28 de Setembro, a FNE prepara um conjunto de plenários a realizar pelos vários sindicatos membros que deverão prosseguir até ao dia 20 de Outubro.

No dia **20 de Outubro**, a comissão negociadora do ME reúne com a comissão negociadora da FNE sem que por parte do ME fosse apresentada qualquer proposta por escrito.

No dia **22 de Outubro**, o Secretariado

1998/99 - Depois do Congresso, a concretização

Nacional da FNE reunido em Lisboa indignado com todo este processo negocial agravado pelo que se passou na reunião do dia 20 de Outubro deliberou, por unanimidade confirmar a **greve** para o dia 30 de Outubro tendo em conta que o ME não apresentava qualquer proposta credível e sustentada de revisão da estrutura da carreira docente. O secretariado Nacional deliberou ainda, por unanimidade, que a FNE não participaria em mais nenhuma reunião sobre esta matéria sem que o ME apresentasse novas propostas escritas e que estas demonstrem que o Governo aceita intervir significativamente na revalorização da carreira.

No dia **27 de Outubro** a FNE recebe uma nova proposta do ME com avanços significativos face às anteriores. Neste mesmo dia a comissão negociadora da FNE reúne com os Presidentes dos sindicatos para analisar a proposta tendo sido decidido que a FNE iria negociar até aos limites possíveis.

No dia **28 de Outubro** a FNE reúne com o ME e após várias horas de negociação chegou-se finalmente a um consenso de posições ficando deste modo reunidas as condições para ser celebrado um Protocolo tendente a um acordo no dia 30 de Outubro.

Neste mesmo dia 28 de Outubro FNE e Fenprof dão uma conferência de imprensa conjunta e anunciam a suspensão da greve.

No dia **30 de Outubro** é celebrado um primeiro Protocolo Tendente a um Acordo como um primeiro grande passo com vista à concretização de um acordo sobre esta matéria.

No dia **11 de Dezembro**, é celebrado o Acordo final sobre a revisão da carreira docente do ensino não superior ficando, para além de outras, consagrada a redução da carreira para 26 anos de serviço e a revalorização salarial dos índices de todos os escalões.

O início do ano de 1999 tem sido marcado pela negociação dos diplomas legais que vão dar concretização a este acordo, tendo sido já aprovado em Conselho de Ministros o Decreto-Lei que estabelece os novos valores dos índices dos 1º, 3º, 9º e 10º escalões.

Em 11 de Março, em reunião com o

Secretário de Estado da Administração Educativa ajustou-se o texto final de revisão do decreto-Lei nº 409/89.

Encontram-se, ainda, por concretizar os novos índices por que devem ser pagos os Mestres e Doutores no topo da carreira.



Instituições Particulares de Solidariedade Social

O ano de 1998 foi marcado por dois acordos entre a FNE e a UIPSS:

Um, foi celebrado no dia 2 de Fevereiro em que se estabelece um aumento de 4% das remunerações mínimas para os trabalhadores ao serviço das IPSS constantes dos vários grupos do Anexo V da PRT de 1996, e um segundo acordo que consideramos histórico celebrado entre a FNE e a UIPSS.

Este último acordo, celebrado a 27 de Novembro, consagra o primeiro contrato colectivo de trabalho para os docentes e não docentes do sector, pondo fim a uma longa e indesejada situação que durava desde 1985 e que não permitia qualquer êxito nas negociações e chegar a qualquer acordo com a UIPSS. Trata-se de um documento que, para além da revisão de cláusulas de expressão pecuniária, estabelece pela primeira vez a regulamentação integral, por negociação directa, das relações neste sector.

(cont. pág. 11)

O ISET a grande aposta da FNE ao serviço dos professores

Criado há sete anos o ISET constituiu-se como um referencial de formação de qualidade no quadro das Instituições de Ensino Superior Particular.

Através da formação contínua articulada no tempo, da formação especializada e da formação graduada, o ISET estabeleceu elevados padrões de qualidade na formação dando particular ênfase, ao nível da formação graduada, ao papel da Investigação como processo de formação. Esta

aposta de exigência e de rigor nos processos investigativos permite-lhe contar já com um relevante conjunto de trabalhos realizados por alunos seus no âmbito da compreensão do papel da escola e dos seus actores. Existem estudos significativos designadamente, sobre o funcionamento das escolas, sobre professores, alunos, pessoal não docente, relações família-escola...



O ISET TEM NOVOS CURSOS APROVADOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Na sequência da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, os Cursos de Estudos Superiores Especializados que permitiam aos docentes bacharéis obter o grau de licenciatura foram extintos, dando lugar a licenciaturas que funcionam como formação complementar para os professores profissionalizados detentores do grau de bacharel ou equiparado para prossecução de estudos. Entretanto há um prazo limitado para que os alunos que se inscreveram em CESE, antes da alteração da Lei de Bases, possam

obter o respectivo DESE.

No quadro da nova legislação, o ISET propôs ao Ministério da Educação quatro licenciaturas : em Administração Escolar, em Apoio Educacional, em Educação de Adultos e em Formação de Professores. Com alterações nas designações mas não no conteúdo as quatro licenciaturas foram aprovadas, esperando-se a todo o momento a determinação das vagas que poderemos abrir ainda durante o presente ano lectivo.

variante de

ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

DISCIPLINAS	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total
Administração Escolar	48	48	-	-	96
Métodos e Técnicas de Admin. Escolar 1	55	40	-	-	95
Métodos e Técnicas de Admin. Escolar 2	-	-	103	-	103
Psicossociologia das Organizações	-	78	-	-	78
Política Educativa	66	-	-	-	66
Sociologia da Educação	-	63	-	-	63
Sociologia das Organizações	78	-	-	-	78
Filosofia da Educação	30	-	-	-	30
Psicopedagogia	-	52	-	-	52
Metodol. da Investigação Educacional 1	-	-	45	-	45
Metodol. da Investigação Educacional 2	-	-	24	24	48
Seminário de apoio ao Projecto	-	-	20	61	81
Projecto	-	-	-	160	160
TOTAL	277	281	192	245	995

variante de

ORIENTAÇÃO EDUCATIVA

DISCIPLINA	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total
Apoio Educacional	63	33	-	-	96
Métodos de Intervenção Educacional	55	42	-	-	97
Métodos e Técnica de Apoio Educacional	-	-	103	-	103
Psicopedagogia	52	-	-	-	52
Psicologia da Educação	-	74	-	-	74
Sociologia da Educação	-	63	-	-	63
Sociologia das Organizações	78	-	-	-	78
Filosofia da Educação	30	-	-	-	30
Política Educativa	-	66	-	-	66
Metodol. da Investigação Educacional 1	-	-	45	-	45
Metodol. da Investigação Educacional 2	-	-	24	24	48
Seminário de apoio ao Projecto	-	-	20	61	81
Projecto	-	-	-	160	160
TOTAL	278	278	192	245	993

Curso destinado, especialmente, a docentes que pretendam preparar-se para vir a **desempenhar funções de direcção e gestão das escolas ou de participação mais eficaz na vida escolar.**

Participar na direcção e gestão das escolas supõe a capacidade de compreender a escola na sua dimensão organizacional, de tomar decisões, de concitar vontades, de gerir conflitos, de facilitar a comunicação, de construir projectos com contributos de diferentes intervenientes.

Curso destinado a preparar docentes para o **exercício de funções de apoio educacional aos alunos** no âmbito da turma e no desempenho dos cargos de director de turma ou de coordenador de directores de turma.

Tendo a sociedade perdido muitos dos seus mecanismos de integração informal dos novos membros tem de dar cada vez mais atenção à socialização escolar dos alunos em geral e, particularmente, a grupos de crianças e jovens em risco de integração social difícil ou mesmo de exclusão.

EM EDUCAÇÃO

variante de

ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

DISCIPLINA	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total
Antropagogia	30	59	-	-	89
Métodos e Técnicas de Ed. de Adultos 1	50	45	-	-	95
Métodos e Técnicas de Ed. de Adultos 2	-	-	103	-	103
Política Educativa e Relações de Trabalho	89	-	-	-	89
Psicossociologia das Organizações	78	-	-	-	78
Sociologia da Educação	-	63	-	-	63
Sociologia das Organizações	-	45	-	-	45
Filosofia da Educação	30	-	-	-	30
Psicopedagogia	-	52	-	-	52
Metodol. da Investigação Educacional 1	-	-	45	-	45
Metodol. da Investigação Educacional 2	-	-	24	24	48
Seminário de apoio ao Projecto	-	-	20	61	81
Projecto	-	-	-	160	160
TOTAL	277	264	192	245	978

Curso destinado a preparar docentes para o **exercício de funções ao nível da educação de adultos.**

As mudanças que ocorrem no mundo do trabalho colocam a formação de adultos como prioridade nas sociedades actuais. No caso de Portugal, a formação de adultos reporta-se fortemente a conteúdos escolares; ensinar adultos exige, porém, uma formação diferente da que é dada na formação inicial já que os adultos aprendem de maneiras diferentes.

variante de

GESTÃO E ANIMAÇÃO DA FORMAÇÃO

DISCIPLINA	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total
Administração Escolar	45	40	-	-	85
Antropagogia	-	89	-	-	89
Formação e Tecnologias de Informação e Comunicação	-	68	-	-	68
Métod. Técnicas de Intervenção Educativa	55	40	-	-	95
Métodos e Técnicas de Formação	-	-	103	-	103
Psicossociologia da Formação	93	-	-	-	93
Política Educativa	66	-	-	-	66
Filosofia da Educação	30	-	-	-	30
Psicopedagogia	-	52	-	-	52
Metodol. da Investigação Educacional 1	-	-	45	-	45
Metodol. da Investigação Educacional 2	-	-	24	24	48
Seminário de apoio ao Projecto	-	-	20	61	81
Projecto	-	-	-	160	160
TOTAL	289	289	192	245	1015

Curso destinado especialmente a docentes que pretendam vir a exercer **funções no âmbito da formação contínua de professores.**

As mudanças ocorridas nos sistemas educativos exigem um particular esforço na formação contínua dos professores, designadamente se tivermos em conta que a maioria foi formada para uma escola que, entretanto, sofreu profundas alterações. Mudanças que ocorreram sem que muitos desses docentes tenham tido a oportunidade de repensar a sua intervenção na escola.



O ISET a grande aposta da FNE ao serviço dos professores

Como o Decreto-Lei que estabelece o modelo a que devem obedecer as novas licenciaturas determina, os formandos podem ser dispensados de parte da formação tendo em conta o seu currículo anterior.

Nessa conformidade, foi criado um júri que

fará a apreciação dos currículos, tendo em vista definir as reduções aplicáveis.

Optamos por organizar os cursos em quatro anos tendo em vista garantir aos nossos alunos, que são professores, uma articulação positiva da sua vida profissional, familiar e de estudo.



Para mais informações sobre as novas licenciaturas contacte:

PORTO - sede do ISET,
tel. 02/5020491
COIMBRA - sede do SPZC,
tel. 039/826098
LISBOA - sede do SDPGL,
tel. 01/3951420
ÉVORA - sede do SDPSul,
tel.066/749660

O ISET EM NÚMEROS

Desde a sua constituição, em 1992, passaram pelo Instituto, em formação contínua cerca de 3 000 professores.

Nos últimos três anos foram emitidos :

- 906 certificados de formação contínua
- 317 certificados de formação especializada
- 360 diplomas de estudos superiores especializados.

Encontram-se, ainda, em formação :

- 390 professores no âmbito do CESE em Administração Escolar
- 136 professores no âmbito da formação especializada nas áreas de administração escolar e de orientação educativa.
- cerca de 450 formandos estão em fase de conclusão dos seus projectos de investigação

O ISET perspectiva abrir formação especializada em todas as áreas em que possui licenciaturas aprovadas.

OS ACTUAIS ÓRGÃOS DO ISET - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO

CONSELHO DIRECTIVO

Presidente - prof^ª. doutora Conceição Alves Pinto
Vice-Presidente - prof^ª. doutora Manuela Teixeira
Secretário - dr. Luís de Melo

CONSELHO CIENTÍFICO

prof. doutor Rui Morgado - **Presidente**
prof^ª. doutora Conceição Alves Pinto
prof. doutor Feliciano Veiga
eng.º João Proença
prof. dr. João Raimundo
prof. doutor Luís Guedes
dr. Luís de Melo
prof^ª. doutora Maria Manuela Teixeira
prof. doutor Mariano Alves

1998/99 - Depois do Congresso, a concretização

(cont. pág. 6)

A assinatura deste acordo surge como corolário da legislação publicada em Abril de 1996, a qual, após vários anos de reuniões, tornou possível à UIPSS e a outras instituições da mesma natureza poderem negociar e outorgar contratos colectivos de trabalho, uma vez que passaram a ser consideradas parceiros sociais.

É de registar, ainda, o facto de o clausulado do acordo consignar a tabela salarial dos docentes e não docentes a vigorar desde 1 de Janeiro de 1998.

Com este acordo mais de 40 mil trabalhadores viram melhoradas as suas condições de trabalho.

Misericórdias

Em relação à União das Misericórdias, a FNE lamenta a sua pouca disponibilidade para concretizar de uma vez por todas um acordo colectivo de trabalho para os trabalhadores destas instituições.

Contudo, a FNE, depois de um longo esforço negocial, conseguiu no dia 7 de Abril celebrar um acordo com a respectiva União que visou um aumento salarial de 4,5% para os docentes e de 4% para os não docentes deste sector.

De realçar o facto de neste acordo figurarem pela primeira vez duas tabelas distintas, uma para os trabalhadores docentes e outra para trabalhadores não docentes à semelhança do que acontece com o ensino particular e cooperativo.

É de referir, ainda o facto de se ter conseguido introduzir um desenvolvimento de carreira para os educadores de infância e para os professores do 1º ciclo – ambos terminavam a carreira aos 18 anos de serviço, auferindo vencimentos correspondentes ao grupo IV. A partir de Janeiro de 1998, estes docentes têm quatro novos desenvolvimentos de carreira, atingindo o topo, aos 32 anos de serviço e auferindo vencimentos pelo grupo II da tabela salarial.

Ensino Particular e Cooperativo

A FNE não assinou o Contrato Colectivo do Ensino Particular para o ano de 1997-98 em virtude de as proposta da Associação Patronal, aceites por

outras organizações sindicais, serem de todo inaceitáveis, uma vez que alargava o fosso existente entre os salários dos professores deste sector de ensino e os do ensino público; na sequência desta ruptura, a FNE desenvolveu uma estratégia de denúncia pública sobre as condições de trabalho destes docentes, promovendo visitas a todas as escolas, algumas acompanhadas pelos órgãos de comunicação social, aliada a uma estratégia de pressão política através de todos os órgãos de poder. As formas de luta desenvolvidas pela FNE tiveram grande impacto público obrigando a AEEP a alterar a sua posição em relação à equiparação dos seus docentes.

Esta luta terminou numa negociação dura, mas que, iniciou um caminho faseado para a almejada equiparação de vencimentos com os do sector público. Assim, os salários acordados sofreram aumentos que se cifram entre os 2,5% e os 30,55% introduzindo uma alteração de fundo na concepção da carreira dos educadores de infância e professores do 1º ciclo sendo reconhecida a aquisição do grau de licenciatura relevante para a progressão em carreira.

Brevemente se iniciarão as negociações



salariais para 1999/2000.

Professores de Português no Estrangeiro

A FNE negociou com o ME o regime jurídico que visa regular a situação dos Professores de Português no Estrangeiro, que constituiu a

(cont. pág. 12)

1998/99 - Depois do Congresso, a concretização

(cont. pág. 11)

satisfação de uma velha reivindicação destes docentes, contudo, a publicação daquele diploma veio alterar as regras de cálculo dos seus vencimentos, tendo dado origem a uma profunda insatisfação naqueles professores, situação que exigiu da FNE uma intervenção forte, não abdicando de encontrar uma solução que permitisse aos docentes readquirirem a dignidade que lhes pertencia por direito, de forma a que não vissem os seus salários reduzidos, em termos reais.

Depois de uma corajosa luta dos professores e de uma negociação muito dura a FNE celebrou de um acordo com o Ministério da Educação em 9 de Fevereiro que dá resposta às exigências destes docentes.

Ensino Superior

O ano de 1998 ficou marcado por uma insuportável paralisia no processo de negociação dos estatutos das carreiras dos professores do ensino superior.

A intervenção do Ministério resumiu-se quase que exclusivamente à continuação do faseamento da revalorização salarial dos professores deste sector, tendo a proposta inicial avançado para uma revalorização de 2,8% a partir de Janeiro e 3,5% a partir de Outubro de 1998, o que não mereceu a concordância da FNE.

O Ministério da Educação acabou por acordar com a FNE com base na proposta apresentada de 3,5% em relação à revalorização a efectuar no mês de Outubro.

A FNE participou em duas reuniões, uma com o Conselho de Reitores e outra com o Conselho Coordenador dos Politécnicos, tendo sido abordados assuntos relacionados com a carreira,

com a dedicação exclusiva e com a mobilidade (movimentação) que não tiveram sequência.

A FNE continua apreensiva em relação à morosidade com que se tem vindo a registar a prometida revalorização salarial, exigindo que no ano de 1999, se atinja o aumento de 20% acordado em 1996 entre a FNE e o ME (ver **Última Hora na página 4 deste jornal**).

Educação Especial

No início de Outubro de 1998 a FNE toma posição contra uma circular enviada pelo DEGRE, considerando injusta a não aplicação do cumprimento da componente lectiva de 20 horas semanais a todos os docentes em exercício de funções na educação especial.

Perante esta tomada de posição o ME, à revelia dos sindicatos, publica um Despacho (Desp. 822/98), tentando esclarecer esta questão mas agrava o descontentamento dos professores deste sector de ensino frustrando expectativas e frustrando direitos adquiridos através de uma leitura restritiva do estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, nomeadamente no que diz respeito ao regime excepcional de aposentação.

A FNE solicitou uma reunião ao Secretário de Estado da Administração Educativa para resolução desta situação que acabou por ser solucionada com a apresentação de uma proposta da FNE já em 1999, através da qual e enquanto não forem criados os quadros de zona pedagógica da educação especial, os professores colocados neste âmbito não terão direito a reduções da componente

1998/99 - Depois do Congresso, a concretização

lectiva, mantendo entretanto direito ao regime especial de aposentação.



Educação Pré-Escolar

Em Junho de 1998, a FNE toma posição contra as orientações dadas pela Associação Nacional de Municípios (ANMP) relativamente ao calendário escolar dos educadores de infância. Considerou abusiva a interpretação que a ANMP fez da legislação em vigor criando um atropelo não só às regras já instituídas por lei, no que diz respeito à matéria em análise, mas também aos direitos dos educadores de infância consagrados no seu Estatuto.

Face à contestação sobre as orientações da ANMP, o Ministério da Educação ainda no mês de Junho veio repor a legalidade através de um esclarecimento dado pela circular 65/98, sobre o calendário escolar para a rede pública da educação pré escolar.

Trabalhadores Não Docentes

Após o encerramento da negociação da revisão das carreiras da Administração Pública a

FNE empenhou-se na negociação da aplicação das revalorizações alcançadas para diversas categorias a todos os trabalhadores das escolas, designadamente, dos que se integram em categorias específicas e próprias.

A FNE tem desenvolvido e liderado com todo o empenhamento um esforço negocial, numa frente única que integra todos os sindicatos da UGT que representam trabalhadores deste sector, para que ainda no âmbito deste governo venha a ser publicado um estatuto próprio do pessoal não docente das escolas que consagre quer a nível de deveres e direitos quer de formação contínua e especializada princípios que venham a propiciar um atendimento e um apoio de qualidade tanto aos alunos como a todos os utentes da escola.

Esta negociação tem mais de dois anos. Alguns passos já foram dados. Todavia algumas questões essenciais como a criação de quadros específicos para cada escola, a actualização dos conteúdos funcionais e a revalorização de algumas categorias ainda não estavam conseguidas no final deste ano. Foi apontado ao Governo como limite temporal para um acordo sobre este Estatuto o mês de Abril de 99, prazo que consideramos suficientemente dilatado para a discussão técnica e política que ainda é necessário levar a cabo.

Entretanto, as propostas do Ministério relativamente aos conteúdos funcionais das carreiras constantes daquele estatuto devem merecer alguns ajustamentos, nomeadamente ao nível do Chefe de Serviços de Administração Escolar. Para a FNE, falta ainda chegar a acordo em relação aos critérios a ter em conta para o estabelecimento em quadro de escola do lugar de Tesoureiro.

(cont. pág. 14)

1998/99 - Depois do Congresso, a concretização

(cont. pág. 13)

A FNE também pressionou a administração para abrir concursos de promoção para todas as carreiras das escolas. Com efeito alguns trabalhadores encontram-se na mesma categoria há dez anos ou mais porque não têm sido abertos estes concursos.

Intervenção no âmbito da UGT



Pavilhão da FNE num 1º de Maio da UGT

A FNE continua empenhada na construção de uma UGT ainda mais forte, tendo uma participação activa em todos os seus órgãos, assim como, nas inúmeras iniciativas da central.

A UGT durante o ano de 1998 esteve ao lado da FNE nos momentos mais delicados de determinados dossiers negociais, disponibilizando-se sempre, através do seu secretário geral, para as intervenções julgadas necessárias junto do Governo,

com grande sentido não só de solidariedade, mas também, de responsabilidade sindical.

Foi notória a forte representação da FNE no 1º de Maio da UGT comemorado em Lisboa, junto à Torre de Belém, demonstrando uma vez mais que os sindicatos que integram a FNE participam activamente nas iniciativas que a UGT promove. Apesar da grande dispersão dos nossos sindicatos e associados pelo território nacional, a FNE demonstra a capacidade de sensibilização e mobilização dos professores para os valores que estão subjacentes ao 1º de Maio e a necessidade de os cultivar sob pena de as novas gerações de trabalhadores perderem o sentido da comemoração desta data, podendo mesmo vir a perder-se, no futuro, o conhecimento sobre a génese do movimento sindical e que se repercutirá indubitavelmente na organização, na representatividade e capacidade reivindicativa dos sindicatos.

No âmbito da FESAP

Na FESAP a FNE manteve-se permanentemente activa em todas as acções que a Frente desenvolveu durante o ano de 1998, designadamente nas mesas negociais parcelares onde muitos projectos foram objecto de análise e negociação destacando-se, por sua vez, o papel persuasor que a FNE teve na conquista dos 3% de aumento salarial para todos os trabalhadores da Administração Pública para o ano de 1999.

Agora informações actualizadas através do endereço da FNE na INTERNET

Para aceder à nossa homepage digite:

www.fne.pt

MATÉRIAS REIVINDICATIVAS EM NEGOCIAÇÃO

Cumprida mais uma significativa etapa na sua luta pela dignificação e valorização da profissão docente, a FNE agora elege um conjunto de aspectos sobre os quais exige uma intervenção coerente por parte do Governo e em particular do Ministério da Educação.

Subsídio de desemprego

A FNE elegeu como prioritária a atribuição de um subsídio de desemprego aos professores contratados, no período que medeia entre duas contratações, para além de lhes deverem ser garantidos os benefícios da ADSE durante esse mesmo período.

A FNE exige que esta matéria - constante do Acordo de Concertação estratégica celebrado entre este Governo e os Parceiros Sociais - tenha concretização legal até ao fim da presente legislatura.

Docentes com gravidez de risco

Tendo surgido notícias que dão conta de que a administração educativa não tem adoptado procedimentos correctos em relação à consideração específica que é devida às docentes com gravidez de risco, a FNE exigiu do Ministério da Educação a correcção desses procedimentos. Em encontro que manteve com o Secretário de Estado da Administração Educativa, a FNE salientou a urgência de que se reveste a adopção de medidas legislativas que permitam que as docentes com gravidez de risco possam ser deslocadas para escolas situadas junto às suas residências, evitando as consequências da realização de viagens demoradas para se deslocarem às escolas onde estão colocadas.

Estabelecimento de Juntas Médicas a nível de áreas educativas

A FNE propôs o estabelecimento de Juntas Médicas Regionais no âmbito geográfico de cada área educativa. Esta proposta surgiu no processo de consulta acerca de um projecto do Ministério da Educação para alteração da legislação relativa à dispensa temporária da componente lectiva para

professores com doenças que o justifiquem.

A FNE considerou que o estabelecimento dessas Juntas Regionais facilitaria o acesso dos docentes a essas entidades de apreciação das respectivas situações clínicas.

A existência destas Juntas Médicas por áreas educativas seria complementada com o estabelecimento de uma Junta Médica a nível nacional que funcionaria como instância de recurso.

Estabilização do corpo docente

Outro aspecto que merece a nossa preocupação é a que diz respeito à instabilidade que provoca o actual número de professores contratados. Embora esta situação tenha vindo a decrescer muito significativamente, na sequência da intervenção da FNE - que conseguiu alargamentos dos quadros em momentos significativos - a verdade é que é ainda insustentável o número de professores contratados a assegurarem necessidades permanentes do sistema.

Na perspectiva da FNE, é insustentável a actual dimensão do número de professores contratados, sobretudo quando a sua contratação se repete anualmente, correspondendo a necessidades permanentes do sistema. Ora, o nosso entendimento é que as necessidades permanentes do sistema devem ser garantidas por professores pertencentes aos quadros, o que significa a exigência de que os quadros - das escolas e de zona pedagógica - sejam dimensionados em função daquelas necessidades.

É por este motivo que a FNE manifesta a sua preocupação pela insuficiência de vagas abertas nos recentes concursos de professores para o ano de 1999/2000. A FNE está a exigir, assim, que se tomem medidas adequadas para os próximos concursos, de forma a conseguir uma vinculação de professores que têm estado sucessivamente em situação de contratados.

FNE PROMOVE SEMINÁRIOS SOBRE A PROFISSIONALIDADE DOCENTE

Funchal e Coimbra já realizados

Uma das preocupações fundamentais da acção político-sindical da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) é a promoção da dignificação profissional dos trabalhadores que representa - docentes e não docentes.



Foi neste quadro de acção que a FNE iniciou um ciclo de iniciativas que pretendem promover a reflexão e o debate sobre a profissionalidade docente, à luz das exigências que hoje se levantam à escola e aos professores.

Este conjunto de iniciativas é constituído pela concretização de uma série de seminários, os quais vão ainda ter lugar em Lisboa, no Porto, em Ponta Delgada e em Évora, tendo tido o seu início no passado mês de Fevereiro, no Funchal, e tendo prosseguido no dia 12 de Março, em Coimbra.

Pretende-se que cada um destes seminários constitua um momento privilegiado de debate sobre o desenvolvimento da acção dos professores nas suas escolas e com os seus alunos, num tempo que é marcado pela preocupação de garantir um lugar de relevo aos problemas educativos.

Esta acção da FNE desenvolve-se num momento particularmente significativo, já que ocorre na sequência de um acordo histórico celebrado entre a FNE e o Governo para reestruturação e valorização da carreira docente.

Assim, o ano de 1999 foi eleito como o ano de debate sobre a profissão docente, estando já

estabelecido que o ano de 2000 seja dedicado ao debate sobre a escola.

Simultaneamente com a realização dos seminários, esta acção é constituída pela promoção de um encontro de trabalho entre a Comissão Permanente da FNE e a Comissão Directiva do Sindicato da respectiva área de intervenção geográfica.

No seminário, faz-se a apresentação de um balanço histórico da intervenção sindical no âmbito da reivindicação da valorização salarial e dignificação da carreira docente, desde 1974 até aos nossos dias, dando deste modo um relevo especial à intervenção da FNE e dos seus sindicatos membros em todos os processos negociais que se desenvolveram durante este período de tempo, e durante o qual se conseguiram mudanças de relevo e que se traduziram em aumentos significativos para os professores.

O seminário serve ainda para reflectir sobre os desafios que se levantam hoje aos professores, quer na diversidade e novidade das características dos alunos que frequentam as escolas, quer ainda na diversidade e complexidade de papéis que nos nossos dias se pedem às escolas.

Deste modo, a profissionalidade docente é o pano de fundo de toda a reflexão que esta iniciativa promove, pondo em relevo o elevado



empenhamento com que a generalidade dos professores se entrega à sua profissão.